



Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito do Juizado Especial Cível da
Comarca de Boa Vista/RR.

IZAAC SALVIANO MA CEDO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 187.321, expedida pela SSP/RR e CPF nº 671.512.642-91, residente e domiciliado na Rua Porto Velho, nº 985, Bairro Nova Cidade, Boa Vista/RR, legalmente representado por sua procuradora que esta subscreve (m.j.) com escritório profissional constante no rodapé, onde receberá as comunicações de estilo, vem a íncita presença de Vossa Excelência para propor **AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA, C/C REPARAÇÃO DE DANO MORAL**, em desfavor da **AMERICAN LIFE SEGURADORA - AMERICAN LIFE eIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 67.865.360/0001-27, estabelecida na Rua Minas Gerais, nº 209, Higienópolis, São Paulo/SP - CEP 01.244-011, telefones: (0--II) 3017-0033 e 3054-7127, Fax: (0--11) 3231-4446, onde deverá receber a citação da presente, na pessoa de seu representante legal, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:



ZÁ 1)~ E. da Sd
OAB /RR 306-8

1- Dos Fatos

No dia 22/12/2007, aproximadamente às 21:30 hs, o proponente trafegava em uma motocicleta Honda Biz, de placa NAR 0470, cor preta, chassi 9C2JA04106R006509, de propriedade de Vanda dos Santos, pela Rua S-2, C/ Av. N-17, Bairro Silvio Botelho, quando chocou com um cachorro, resultou do sinistro as lesões descritas no Laudo de Exame de Corpo de Delito e Boletim de Ocorrência (docs. anexos).

Em razão do referido Sinistro restou o proponente com cicatriz hipertrômica em face posterior do joelho esquerdo, presença de um pino de osteossíntese em diáfise da tíbia esquerda, anexa, é ofensa antiga e debilitante, conforme se vê testado no Laudo de Exame de Corpo de Delito expedido em 22/05/2.009 em anexo.

Portanto, dúvidas não restam quanto à invalidez permanente do proponente, via de consequência, o seu direito à percepção da competente indenização, decorrente do Seguro Obrigatório do sistema DPVAT, vez que assim dispõe o artigo 3º da Lei 6.194/74.

Arf. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistências médicas e suplementares. (grifei).

Entretanto, apesar da obrigação legal e da responsabilidade civil decorrente, a seguradora promovida não satisfaz na totalidade a obrigação e contrário a determinação legal criou obstáculos dificultando a proponente a consecução do seguro, não restando outra alternativa senão a presente ação para compeli-la a satisfação total da obrigação, vez que a proponente faz jus a correspondente indenização em face da debilidade permanente e no valor estabelecido pela legislação pertinente e não honrado pela seguradora promovida.

2- Da Indenização

Em decorrência do acidente de trânsito ocorrido no dia 22/12/2007, resultou o proponente graves lesões com cicatriz hipertrômica em face posterior do joelho esquerdo, presença de um pino de osteossíntese em diáfise da tíbia esquerda, anexa, é ofensa antiga e debilitante, atestado em 22/05/2.009, ou seja, deformidade permanente, conforme o Laudo de Exame de Corpo de Delito, o que enseja indenização no parâmetro máximo.



No entanto, desrespeitando o disposto no artigo 3º da Lei 6.194/74, deixou a seguradora requerida de promover o pagamento do seguro no valor que lhe é devido, ou seja, 40 salários mínimos que correspondem a R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), nos termos prescritos ao art. 3º, II da Lei 6.194/74, em face da caracterização da Invalidez Permanente.

No mesmo sentido vem o entendimento jurisprudencial, vejamos:

"CIVIL - INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ATROPELAMENTO - INCAPACIDADE PERMANENTE - COMPROVAÇÃO".

-Configurada de modo efetivo, consistente, a invalidez permanente, ainda que parcial, faz jus a vítima atropelada ao seguro obrigatório - DPVAT, em face aos danos causados por veículo automotor. Inteligência do artigo 2º da Lei nº 6.194/74, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.441/92 que não traz distinção quanto à espécie de invalidez" (Apelação Cível nº 44.135/97, Relator o eminente Desembargador DÁC/O VIEIRA, Diário da Justiça de 12.08.97 folhas 1071113).

E mais

"{ } NO CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE - por perda parcial de membro ou órgão, o valor do seguro obrigatório {DPVAT} deve ser estabelecido em percentual da indenização máxima prevista na lei, proporcional ao grau de redução funcional experimentada pelo acidentado. A inexistência de verba do ~~~e!{} invocada, quando constatada, por cu;c;;r oe ~m;ren" meritória, não configura carência de ação ou ausência de pressicQ~~€pr~L"?~~!~=. Se a verba honorária foi arbitrária C'm mm12r~ç~c 2 ~~~e-nção ao bom desempenho do causídico, mormemê em causas de pequeno valor, não há porque reduzi-la, inclusive para evtsr- svmamer!to do exercício da advocacia" (P, pé-laç.ãüCOVã"n~ L;V4(lj~~~;), Câmara Única do TJAP, Rel. Mário Gurtyev. j. 16.05.2005, Unânime, DOE 28.06.2006).



Conforme se vê, é legalmente assegurado ao proponente o direito ao recebimento do prêmio decorrente do seguro obrigatório, em sua integralidade, ou seja, no valor de correspondente a 40 salários mínimos vigente à época do pagamento.

Pois assim, vêm manifestando Nossos Tribunais:

(TJMG -; 683803) SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - SALARIO MINIMO VIGENTE AO TEMPO DO PAGAMENTO - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS
A verba indenizatória devida por força de acidente de veículo automotor em via terrestre - OPVAT - deve ser apurada mediante a utilização do salário mínimo vigente na época do pagamento, e não aquele que estava em vigor quando da ocorrência do sinistro (Apelação Cível nº 1.0312.05.159514-5/001, 15ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Guilherme Luciano Beata Nunes. J. 08.06.2006, maioria Publ. 26.07.2006).

Portanto, a proponente faz jus ao pagamento do prêmio segurado, em sua integralidade, em razão da invalidez permanente decorrente do sinistro sofrido, no valor de R\$ 18.600,00, já recebeu a importância de R\$ 1.687,50 restando, portanto, a receber o valor de R\$ 16.912,50 (dezesesseis mil, novecentos e doze reais e cinquenta centavos), vez que havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, que deverá ser devidamente atualizado, acrescido de juros legais até a data do pagamento.

A Lei não protege aos que dormem ou os que a ela não respeitam.

3- Do Dano Moral

O Código Civil/2.002, em seu artigo 186, assim estabelece

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito"

No presente caso é flagrante a omissão voluntária da promovida em inadimplir a obrigação legalmente determinada, negando ao proponente a percepção do seguro a que faz jus.



Vra. 1)~ e. da Stft.~a.
OAB IRR 306-B

Em razão dos danos morais sofridos, a Constituição Federal/88, em seu art. 5º, V, X, assegura o ressarcimento, senão vejamos~

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes {...}

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; {...}

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;"

Também na proteção de danos sofridos, vejamos o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, estabelece como direito do consumidor, ao teor do dispositivo no art. 6º, L X:

Art.6º São direitos básicos do consumidor:

1-a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

X- a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Dúvidas não restam quanto ao constrangimento ilegal sofrido pelo proponente, o qual poderia ter sido amenizado com o respectivo pagamento do prêmio na data e valor correto, de acordo com a legislação pertinente, devendo o autor suportar ônus decorrente de seu comportamento.

Vejamos Nossos Tribunais:

O valor a indenizar deverá se fixado em ztzrc~c, ã~ circunstâncias específicas do evento dano~c, à condição eC.Qnômico-fim~c-ei~ das partes





V. 74, 1) ~ E. da Sd04
OAB IRR 306-B

(especialmente do causador do dano, tendo em vista a suportabilidade do ônus) e à gravidade da repercussão da ofensa, sempre em sintonia com princípios da razoabilidade e proporcionalidade, atendendo o caráter compensatório, pedagógico e punitivo da condenação (Apelação Cível nº 20050310115304 (243829), 1ª Turma Cível do TJDF, Rel. Nívio Gonçalves, J.13.032006, unânime, DJU 25.05.2006).

4- Da Inversão do Ônus da Prova

Consumidor:

Assim estabelece o disposto no art. 6º, VIII, do Código do

Art.6º São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

No caso em tela, resta evidente a condição hipossuficiente do proponente, pessoa humilde que, quando mais necessitava do respectivo prêmio, a seguradora promovida negou-lhe o direito legítimo de receber o prêmio, fato que absorve um enorme mercado de consumo e, conseqüentemente, gera lucro decorrente da inadimplência contratual.

Deixando a promovida de honrar o compromisso legal, e!!! visível ofensa ao direito do consumidor, impõe-se a inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência e de prática processual cotidiana.

5- Do Requerimento

Em tais condições, **REQUER** a Vossa Excelência:

Que se digne mandar citar a ré, na pessoa de seu representante legal, para, caso queira, responder aos termos desta ação, sob pena de revelia;

Que seja concedida a assistência gratuita, por se tratar pessoa sem condições de arcar com as custas judiciárias, senão em prejuízo do próprio sustento e de sua família;

Que seja realizada a Julgamento antecipado da lide (ex-vi do art. 330, I do CPC) por ser matéria de direito, dispensando a produção de provas

MD ADVOCACIA



th. 1)-UWf. E. da Sfl!b4
OAB IRR 306-B

em audiência e seja a presente ação julgada totalmente procedente para fins e propósitos acima indicados e seja a requerida intimada a quitar o débito no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, conforme indicado no item 2 "Da Indenização", quando incidirá multa de 10% sobre o valor da condenação, com aplicação dQ art. 475-J (Lei 11.232/2005) e do enunciado 105 do FONAJE.

Requer, também, à aplicação à Ré das sanções da sucumbência judicial e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação, em caso de Recurso à Turma Recursal dos Juizados Especiais.

Por fim, solicita que se conceda ao Oficial de Justiça as prerrogativas do art 172, # 2º do CPC, para que suas diligências sejam realizadas, também, em dias e horários especiais.

Protesta a autora por todos os meios de provas em direitos admitidas, depoimento pessoal do representante legal da promovida, pena de confesso, oitiva de testemunhas, perícias e outras.

Dá-se a causa o valor de R\$ 16.912,50

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Boa Vista, 08 de agosto de 2.009

Dulcemary Cardoso da Silva
OAB/RR 306 B



PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

IZAAC SALVIANO MACEDO portador da Carteira de identidade nº 187.321 SSP/RR e CPF: 671.512.642-91, residentes e domiciliados à Rua: Porto Velho, Nº 985, Bairro: Nova Cidade, Boa Vista-RR neste ato nomeia e constitui sua bastante procuradora e advogada DULCEMARY CARDOSO DA SILVA, brasileira, casada, devidamente inscrita na OAB/RR sob o nº 306-B, com escritório profissional sito à Rua: Dom José Nepoti. , nº 1055, Bairro: São Francisco, Boa Vista-RR, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad-judicia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, podendo representá-la perante qualquer seguradora atuante no sistema de seguro obrigatório, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-a, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, receber e dar quitação, firmar compromissos ou acordos, requerer e receber alvará judicial em nome do outorgante, bem como os poderes previstos na parte final do art. 38 do CPC, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

Boa Vista /RR, 29 de Julho de 2009.



IZAAC SALVIANO MACEDO

t9r

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRANSITO - DAT



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº **01552** ANO: 2009 Registrado às 09:07

COMUNICANTE: **IZAAC SALVIANO MACEDO**

RG: 187321

O. EXP.: SSP/RR CPF: 671.512.642-91 PROFISSÃO P. MILITAR IDADE: 28
ENDEREÇO: RUA PORTO VELHO, N. 985 BAIRRO: NOVA CIDADE
CIDADE: BOA VISTA NACIONALIDADE: BRASILEIRA SEXO: M
NATURALIDADE: BOA VISTA ESTADO: RR
DATA DE NASCIMENTO: 23/09/1980 GRAU DE INSTRUÇÃO: 2º GRAU COMPLETO
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO(A) TELEFONE: 91193299 Nº REGCNH: 01746326310
NOME DO PAI: DELFINO VALERIO MACEDO
NOME DA MÃE: MARIA DALVA SALVIANO MACEDO

Senhor Delegado,

Venho a presença de Vossa Senhoria para comunicar que aproximadamente às 1:30 d 22/12/2007
no bairro SILVIO BOTELHO à RUA S=2 C/ AV. N-17, aconteceu o seguinte

Que houve um acidente de trânsito com LESÕES CORPORAIS envolvendo; IZAAC SALVIANO MACEDO, condutor da motocicleta HONDA BIZ PLACA NARü47ü RR, de cor preta. Chassi: 9C2JAü41ü6Rüü65ü9, propriedade de VANDA DOS SANTOS, que chocou se com um cachorro, vindo a cair e sofre lesões corporaes. Era o que tinha a relatar..

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE COM LESÕES CORPORAIS

MAXIMO ANTONIO P CHAVES
Agente de Polícia

IZAAC SALVIANO MACEDO
Comunicante

Boa Vista, 14/05/2009

DESPACHO

- () FATO ATÍPICO; ARQUIVE-SE;
() AGUARDE-SE REPRESENTAÇÃO;
() IMPRIMA-SE SUMÁRIO DA
CNH E VEÍCULO(S) ENVOLVIDOS;
() LA VIU-SE T.CO.; ART.

() A(O):
PARA PROVIDÊNCIAS;

DESPACHO

DESPACHO

~i~A~I~E :EO::~~ANÇA PUBLICA.

INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL - IML-RR
DR. JOSÉ BENIGNO DE OLIVEIRA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

FLS.QV

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - LESÕES CORPORAIS nO3.035/1MLIRRJ09
Pestino: Delegacia de Acidente de Trânsito

AUTORIDADE REQUISITANTE

- » Delegado de Polícia Civil: Leonardo da Cruz Barroncas
- » Requisição nº 0540/09, 80 nº 01552/09, datada em 14/05/09

NOME: IZAAC SALVIANO MACEDO	
NACIONALIDADE: Brasileira	NATURALIDADE: Boa Vista/RR
IDADE: 28 anos	SEXO: Masculino
ESTADO-CIVIL: União estável	COR: Parda
PROFISSÃO: Militar	TELEFONE: 9119 - 3299
FILIAÇÃO: Delfino Valério Macêdo e Maria Dália Macêdo	
ENDEREÇO: Rua: Porto Velho, Nº 985, Bairro Nova Cidade	
DOCUMENTAÇÃO: RG nº 187.321 SSP/RR	
DATN HORA DO EXAME: 22/05/09 (sexta) às 08 horas e 05 minutos	
Os PERITOS OFICIAIS abaixo, designados pelo Diretor do IML-RR, procederam ao referido exame, descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descobrirem e observarem. Em consequência, passam a fazer o exame pericial e investigações necessárias.	

HISTÓRICO

- » Alega queda de moto em 22-12-2007.

DESCRIÇÃO

- » Cicatriz hipercrômica em face posterior do joelho esquerdo; apresenta película de raios-x nº 1598 de 06-02-08 que revela presença de um pino de osteossíntese em diáfise da tíbia esquerda; anexa relatório médico que atesta lesão ligamentar do joelho em questão.

CONCLUSÃO

- » É ofensa antiga e debilitante.

QUESITOS e suas RESPOSTAS

- » 1º Há ofensa à integridade física ou a saúde? HOUVE.
- » 2º Qual o instrumento ou meio que a produziu? CONTUNDENTE.
- » 3º Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)? NÃO.
- » 4º Houve Perigo de vida? NÃO.
- » 5º Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? SIM.
- » 6º Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração do parto ou deformidade permanente? VIDE CONCLUSÃO.

E por ser verdade digitei este laudo, que depois de revisado, será assinado pelos Peritos Oficiais e por mim: Aurilete da Silva e Silva:

22MAI 2009 DR. FLEURISO MENDONÇA
PERITO REGISTRA
U.M. - RA 213

IML

AV.Venezuela nº 2.083, Bairro Liberdade.
Tel. Geral (95) 2121-3409 Direção (95) 2121-3430.
CEP 69 310 270 - Boa Vista - RR.

Autenticado
Boa Vista-RR
17/05/2009
Mônica C
Esp. de
17/05/2009

DADOS DO PROCESSO N.º

Nome da Vítima: IZAAC SALVIANO MACEDO
Procurador: Inexistente
Data de Nascimento: 23/09/1980
Data do Sinistro: 22/12/2007
Natureza do Sinistro: INV.PARCIAL
Nome do Requerente: IZAAC SALVIANO MACEDO
CPF do Requerente: 671.512.642-91
Seguradora: American Life
Unidade Receptora: RECIFE
Unidade Centralizadora: EDR - Recife

Não foi emitida nenhuma carta para este processo até o momento.

Comentários:

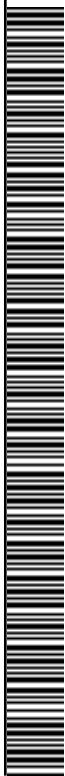
23/06/2009 Processo analisado pela analista
25/06/2009 Processo encaminhado nesta data para
análise do convênio

Pagamentos providenciados

Nome beneficiário	Data previsão pgto	Valor
IZAAC SALVIANO MACEDO	31/07/2009	1.687,50

Demonstrativo de cálculos das sequelas por beneficiário

Fórmula para o cálculo: (%)Cobertura x (%)Avaliado x (%)Valor Limite




DULCEMARY C. DA SILVA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

EU IZAAC SALVIANO MACEDO portador do RG: 187.321 SSP-RR e CPF: 671.512.642-91 residente domiciliada á Rua: Porto Velho,Nº 985 , Bairro: Nova Cidade, Boa Vista-RR **DECLARO** para os devidos fins de direito, que não disponho de recursos suficientes para fazer frente com as despesas com custas processuais e honorários advocatícios, por ser pessoa pobre na forma da lei, declarando ainda que caso esta declaração não seja expressão da verdade, fico sujeito as penalidades previstas no art. 4º da Lei nº 1060/50 e art. 299 do CPC.

Por ser verdade, firmo a presente.

Boa Vista-RR, 29 de Julho de 2009.

 ~ 

IZAAC SALVIANO MACEDO

